

A ÉTICA E AS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ELIANA CALMON ALVES

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

INTRODUÇÃO

Duas questões têm destaque neste início de século, principalmente nas sociedades que mergulharam na pós-modernidade desenhadas em um contexto econômico neocapitalista: a exclusão social e a ética na política.

Em ambos os enfrentamentos tem a mulher ativa participação. Na primeira porque em matéria de exclusão social é a mulher o gênero que mais padece as agruras da pobreza e do trabalho.

Basta lembrar que a OIT – Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU, contabilizou, em seus dados estatísticos, o percentual de mais de 50% da força de trabalho do mundo nas mãos das mulheres. Curiosamente, porém, representam elas mais de 70% do contingente que, no planeta, situa-se abaixo da linha da pobreza. Os dados estatísticos provam, portanto, ser a mulher a mais apenas socialmente com o problema da exclusão social.

No campo da ética, a mulher tem destaque na medida em que ingressou no processo de auto-reconhecimento a partir do fortalecimento da cidadania, da expansão dos direitos de terceira geração e da implementação das políticas públicas voltadas para a obtenção da igualdade substancial.

Nesse começar de liberdade e igualdade de gênero, é natural que a mulher esteja engajada, não apenas nas suas próprias experiências, mas também nas questões sociais e culturais, na possibilidade de alterar



parâmetros e quebrar paradigmas, aspectos ligados à ética, por excelência.

ÉTICA

De forma direta e resumida, podemos dizer que ética é a responsabilidade de cada ser humano em relação ao seu semelhante.

A vida envolve uma série de relacionamentos, a partir do relacionamento consigo mesmo, com o meio ambiente, com o próximo e com o Estado, interferindo nesses relacionamentos as qualidades positivas e negativas, sendo as últimas chamadas por Eugênio Missak de *Defeitos de Fabricação*, tais como:

- a) o homem considera-se eterno;
- b) ele não lida bem com o tempo; e
- c) não percebe os atos predatórios que dilapidam relações, amesquinham a sua dimensão de ser social e, sobretudo, diminui a qualidade de vida.

Os direitos de terceira geração foram surgindo a partir de valores relativos, construindo uma nova moralidade, na qual foi deixado pouco espaço para os interesses individuais e bem mais ênfase aos interesses voltados para a sociedade, por uma questão de sobrevivência.

O viés de interesse de todos os que trabalham com as ciências do comportamento, dentre os quais estão os operadores do direito, volta-se para um novo estágio de consciência: respeitar o outro, o meio ambiente, as regras de convivência e o Estado. Todas as regras relativizadas.



As dificuldades para absorção dos novos parâmetros não são poucas, dentre as quais listamos:

a) falta de tradição e conscientização;

b) ruptura com a cultura tradicional. Afinal, fomos formados dentro de uma cultura eminentemente individualista, na qual era opção pessoal dispor dos direitos como bem nos aprouvesse, tendo como idéia a ilimitabilidade dos recursos naturais.

c) não é fácil quebrar paradigmas e caminhar na contra mão de uma civilização que só agora começa a despertar para a questão das relações plurisubjetivas.

d) as agruras do neo capitalismo, aprofundador das diferenças e da exclusão. Afinal, é difícil pensar no próximo em uma sociedade em que os seus cidadãos não vivem, sobrevivem, lutando contra a fome, o desemprego, a insegurança e, muitas vezes, contra o próprio Estado.

Dentro desse quadro geral, como se situam as mulheres?

Como partícipe de ponta na construção de uma nova realidade:

1 - inserindo na sociedade novas práticas de transformação da vida cotidiana;

2 – investindo pesado no mercado laboral;

3 – chegando às universidades;

4 – ascendendo aos cargos públicos;

5 – mudando as relações de família e os contratos conjugais, desconstruindo os papéis sociais do homem e da mulher;



6 – quebrando a cultura do silêncio, do medo e da complacência. Denunciando, falando, expondo em público a sua vida privada, buscando ajuda para sair de uma situação abismal.

III – O Papel da Mulher da Carreira Jurídica

As mudanças sociais e políticas provocaram o surgimento dos novos direitos, iniciando-se, assim, a era da pós-modernidade.

Pergunta-se então: qual o papel da mulher de carreira jurídica nesse novo contexto?

É preciso que tenhamos a consciência de que hoje a luta feminina tem por objetivo minimizar os efeitos de um sistema econômico injusto que explora igualmente ambos os sexos e os joga um contra o outro.

A partir dessa premissa, cabe-nos como operadoras do direito, trabalhar os nossos propósitos profissionais dentro dos seguintes postulados:

1) a mulher é hoje sujeito ativo no fenômeno produtivo, na manutenção da família e na efetiva participação nas políticas públicas.

2) a remuneração da mulher, especialmente da mulher negra, é bem inferior à remuneração do homem com igual aptidão.

3) diante da forte economia informal instalada no Brasil, têm as mulheres avançado na conquista de ocupação remunerada, embora com salários mais modestos.

4) há uma tendência da mulher avançar no mercado de trabalho, conquistando fatias de mercado tradicionalmente masculino, tais

como construção civil, motorista de transportes de carga e coletivos, serviços de limpeza, etc.

5) já há registro de certa rivalidade entre homens e mulheres na disputa do mercado de trabalho, apontando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que uma das causas da violência contra a mulher na América Latina é a preterição do homem no trabalho.

6) a mudança de papéis também se passa no âmbito residencial, não sendo poucos os casais que já aderem a uma troca absoluta: ela é a executiva e ele, o gerente da casa.

7) os avanços da biologia e a possibilidade de concepção *in vitro* têm ensejado a chamada produção independente. A mulher está tão suficiente que passou a gerar sozinha, com o seu obstetra, o que a natureza criou para ser um projeto a dois.

8) os vínculos familiares com a troca de parceiros e a procriação pelas novas formas conceptivas ocasionaram uma verdadeira revolução nas relações familiares.

9) a saída da mulher para o mercado de trabalho tem gerado mudança estrutural no seio da família. Acabaram-se as grandes famílias, a casa grande e a senzala.

10) a taxa de natalidade tem baixado significativamente, enquanto está a maternidade cada vez mais tardia.

11) as mulheres têm assumido cargos políticos com maior desenvoltura, contribuindo para tal política de quotas.

12) o mercado de cosmético, cirurgias plásticas, *pret-a-portê* e adereços estão em franca expansão, incendiando as mulheres,



enlouquecendo os homens, usando a juventude e, agora, sendo estendido aos homens que começam a adotar todas as práticas para a obtenção do belo.

Nós, mulheres da área jurídica, temos de trabalhar com essas tendências, com esta realidade, aqui retratada em rápida abordagem, apenas para lembrar que, em todos os tópicos listados, há de prevalecer como limite a ética, ou em outras palavras, a responsabilidade de optar pensando no todo e no conjunto. Afinal, não devemos esquecer que ética é a responsabilidade em relação ao seu semelhante.

Não é fácil o desafio, não temos balizas, não temos pauta de valores, essas pautas têm de ser reescritas por nós, a partir do nosso conhecimento. E é neste momento que se apresenta a ÉTICA, como essencial na condução dos nossos caminhos. Daí a necessidade de expandirem-se as atuações das ONG's e das associações a serviço dos Direitos Coletivos da mulher.

Por último, uma advertência: se, como disse no início da minha fala, é preciso bem trabalhar todas as relações que, diuturnamente, instauramos com os nossos semelhantes, com o nosso trabalho, com o meio ambiente, não poderemos olvidar, ou negligenciar a relação que temos com nós mesmas.

Você, mulher moderna, profissionalizada, politizada, economicamente equilibrada, plastificada e siliconada, está ficando solitária, sem estar sozinha, tornando-se, muitas vezes, amarga e triste.

A luta foi tão árdua que, após pendurar as armas, descobriu-se que deixamos de olhar o outro, e isto é o pecado número um sob o enfoque da ÉTICA.

Mas ainda estamos com tempo de corrigir rumos e consertarmos os erros. Vamos nos voltar para tantas e tantas mulheres que precisam de uma profissional, de uma amiga, de um ombro para chorar, de alguém para ouvir, de alguém para incentivá-la a sair da penumbra, do anonimato, das trevas do silêncio e do medo.

Este é o caminho: o engajamento e a prestação de serviço a tantas outras a quem a vida não deu a chance de ser uma mulher da carreira jurídica.

E depois de descobrirmos essa mística, poderemos dizer com segurança as palavras de Lulu Santos: “nada do que foi será...”

